

Mobilidade urbana sustentável em cidades de pequeno porte: desafios, possibilidades e o papel das políticas públicas

Charles dos Santos, Geografia, UNESPAR, Brasil, E-mail: csantos35069@gmail.com

Marcos Clair Bovo, Geografia, UNESPAR, Brasil, E-mail: mcbovo69@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana ocupa papel central no debate sobre o desenvolvimento das cidades, pois envolve as condições de deslocamento da população e o acesso a serviços, trabalho, educação e lazer. Mais do que transporte, a mobilidade refere-se ao acesso às oportunidades urbanas, estando diretamente relacionada à forma como o espaço é produzido e organizado (Kneib, 2012).

Nessa perspectiva, a mobilidade urbana constitui um elemento estruturante das relações socioespaciais, evidenciando desigualdades no acesso à cidade. O crescimento urbano acelerado, aliado à priorização do transporte individual motorizado, intensificou problemas como congestionamentos, poluição e aumento dos tempos de deslocamento (Alvim; Izaga; Claps, 2024).

No Brasil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) representa um avanço ao estabelecer princípios como acessibilidade, integração entre modais e prioridade aos transportes coletivos e não motorizados. Nesse sentido, a mobilidade urbana sustentável configura-se como alternativa para promover eficiência, justiça social e responsabilidade ambiental.

Nas cidades de pequeno porte, esse debate ganha relevância, considerando o potencial para a valorização do transporte ativo e da caminhabilidade, apesar dos desafios relacionados à infraestrutura e ao planejamento urbano (Bernardinis; Straub; Pavelski, 2021).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da mobilidade urbana sustentável em cidades de pequeno porte, destacando o papel das políticas públicas na promoção do acesso mais equitativo à cidade.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter interpretativo. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da análise de livros, teses, dissertações e artigos científicos disponíveis em bases de dados acadêmicas, como o Google Acadêmico, SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES.

Para a seleção dos materiais, foram utilizados descritores associados, tais como: “mobilidade urbana”, “mobilidade urbana sustentável”, “cidades de pequeno porte”, “transporte ativo” e “direito à cidade”.

Os materiais selecionados foram definidos com base na relevância temática, atualidade e contribuição para o debate acadêmico. O procedimento analítico ocorreu por meio da identificação de eixos temáticos, como mobilidade e qualidade de vida, sustentabilidade, inclusão social e planejamento urbano. Por se tratar de um estudo de revisão, não foram coletados dados empíricos, sendo a reflexão construída a partir da articulação entre diferentes referenciais teóricos e documentos normativos. Ressalta-se que o estudo buscou estabelecer relações entre os diferentes autores, permitindo uma compreensão crítica sobre os desafios e possibilidades da mobilidade urbana sustentável.

REVISÃO DE LITERATURA

A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento das pessoas no espaço urbano, sendo influenciada pela organização territorial e pela distribuição de serviços. Segundo Kneib (2012), a baixa mobilidade compromete o acesso ao trabalho, à educação e ao lazer, impactando diretamente a qualidade de vida da população.

Tal compreensão aproxima a mobilidade urbana do direito à cidade. Nessa perspectiva, “o direito à cidade se confunde com o próprio direito à vida” (Feltran, 2016, p. 89), evidenciando que a mobilidade é condição essencial para a garantia da cidadania e da inclusão social.

A desigualdade no acesso à mobilidade urbana evidencia processos de exclusão socioespacial, uma vez que “a camada da sociedade que não encontra formas de alcance [...] está fadada à exclusão e à segregação” (Feltran, 2016, p. 93). Assim, a mobilidade ultrapassa a dimensão técnica e se insere no campo das relações sociais e territoriais.

Nesse sentido, a mobilidade urbana também pode ser compreendida como expressão das desigualdades socioespaciais, uma vez que diferentes grupos sociais possuem distintas condições de acesso aos meios de transporte e aos serviços urbanos. Conforme apontam estudos recentes, “a desigualdade no acesso à mobilidade emerge como um fator crítico, influenciando diretamente a inclusão social e econômica dos indivíduos” (Alvim; Izaga; Claps, 2024, p. 415). Dessa maneira, a mobilidade passa a refletir as contradições do espaço urbano, evidenciando processos de exclusão e segregação.

Historicamente, o planejamento urbano priorizou o transporte individual motorizado, o que contribuiu para o aumento dos congestionamentos e da poluição. Em resposta, a mobilidade urbana sustentável propõe a reorganização desse modelo, priorizando modos de transporte mais eficientes e menos impactantes.

Ademais, a mobilidade urbana deve ser compreendida como um elemento fundamental na produção do espaço urbano, influenciando diretamente a organização das cidades e as formas de uso do território. Nesse contexto, o modo como os sistemas de transporte é planejado e estruturado interfere na dinâmica socioespacial, podendo ampliar ou reduzir desigualdades. A centralidade do transporte coletivo e dos modos não motorizados, portanto, torna-se essencial para a construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis. A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece diretrizes fundamentais nesse processo, buscando “reduzir as desigualdades e promover a inclusão

social” (Brasil, 2013, p. 9), ao priorizar o transporte coletivo e os modos não motorizados.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano integrado torna-se fundamental para a efetivação de uma mobilidade mais justa e eficiente. A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece instrumentos importantes nesse processo, destacando-se o Plano de Mobilidade Urbana como ferramenta central de organização dos deslocamentos. De acordo com o Ministério das Cidades, “o Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana” (Brasil, 2013, p. 22), sendo essencial para orientar ações que promovam acessibilidade, integração entre modais e redução das desigualdades.

Por sua vez, o transporte ativo assume destaque, sendo definido como “os deslocamentos realizados por meio da propulsão humana, como caminhar e pedalar” (Brasil, 2015, p. 7). Esse tipo de mobilidade contribui para a sustentabilidade ambiental e para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, o incentivo ao transporte ativo representa uma mudança de paradigma no planejamento urbano, ao priorizar o pedestre e modos sustentáveis de deslocamento. Conforme diretrizes do Ministério das Cidades, o fortalecimento desse modelo contribui para a redução de impactos ambientais e para a promoção da inclusão social, ampliando o acesso da população aos espaços urbanos (Brasil, 2015).

Nessa perspectiva, a promoção da mobilidade urbana sustentável exige não apenas investimentos em infraestrutura, mas também mudanças na forma de pensar e planejar as cidades. A dependência do transporte individual motorizado, historicamente incentivada, contribui para a intensificação de problemas urbanos e ambientais. Dessa maneira, torna-se necessário incentivar práticas que priorizem o uso coletivo e ativo dos espaços urbanos, promovendo maior equilíbrio entre desenvolvimento urbano, qualidade de vida e preservação ambiental.

A caminhabilidade, por sua vez, refere-se à qualidade do espaço urbano para o pedestre. Nesse sentido, “o ato de caminhar é mais do que um movimento mecânico, é apropriar-se [...] do espaço da cidade” (Bernardinis; Straub; Pavelski, 2021, p. 103), evidenciando sua importância na construção de cidades mais humanas.

Nas cidades de pequeno porte, essas estratégias apresentam maior viabilidade devido às menores distâncias e à escala urbana reduzida. Além disso, essas cidades possuem características específicas que favorecem a adoção de práticas sustentáveis de mobilidade. Estudos indicam que “as cidades de pequeno porte possuem um grande potencial de implementação da caminhabilidade em seus planejamentos urbanos” (Bernardinis; Straub; Pavelski, 2021, p. 123). Contudo, a ausência de planejamento contínuo e investimentos em infraestrutura ainda representa um desafio significativo para a consolidação dessas práticas.

Ademais, esses municípios enfrentam limitações estruturais e desigualdades no acesso aos serviços urbanos, o que reforça a necessidade de um olhar mais atento para suas especificidades. Nesse sentido, a mobilidade urbana deve ser compreendida de forma multidimensional, articulando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Diante desse cenário, compreender a mobilidade urbana de forma integrada torna-se essencial para a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas. Isso exige não apenas soluções técnicas, mas também a articulação entre políticas públicas, planejamento urbano e participação social, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o espaço urbano contemporâneo e a necessidade de construção de cidades mais justas e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a mobilidade urbana sustentável é fundamental para a construção de cidades mais justas e acessíveis. Mais do que uma questão técnica de transporte, trata-se de garantir condições adequadas de acesso aos serviços urbanos e de promover a inclusão social.

A literatura aponta que a priorização dos modos não motorizados e do transporte coletivo representa um caminho importante para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. No contexto das cidades de pequeno porte, esse processo apresenta potencial significativo, especialmente pela valorização da caminhabilidade e do transporte ativo.

Contudo, a efetivação dessas propostas depende do planejamento urbano, da atuação do poder público e da participação social. A ausência de políticas públicas contínuas e integradas dificulta a consolidação de modelos sustentáveis de mobilidade.

Por fim, a mobilidade urbana deve ser compreendida como um direito fundamental, sendo essencial para a garantia do acesso à cidade e à melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, torna-se evidente que a mobilidade urbana sustentável não depende apenas de propostas teóricas, mas da efetiva implementação de políticas públicas que considerem as especificidades locais, especialmente nas cidades de pequeno porte. A integração entre planejamento urbano, participação social e gestão pública é fundamental para garantir que as ações implementadas sejam efetivas e sustentáveis ao longo do tempo.

Assim, pensar a mobilidade urbana sustentável nas cidades de pequeno porte significa avançar na construção de um modelo de cidade mais justa, inclusiva e comprometida com o bem-estar coletivo.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade urbana; Mobilidade urbana sustentável; Cidades de pequeno porte; Transporte ativo; Direito à cidade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto de Iniciação Científica voluntária.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. T. B.; IZAGA, F. G.; CLAPS, R. F. Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 413-419, maio/ago. 2024.

BERNARDINIS, M. A. P.; STRAUB, J. D.; PAVELSKI, L. M. A caminhabilidade em cidades de pequeno porte: um estudo de caso na cidade de Prudentópolis. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 100-123, jan./abr. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília: Ministério das Cidades, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Transporte ativo**: conceitos e diretrizes para promoção da mobilidade urbana sustentável. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.

FELTRAN, F. R. Instrumentos de efetivação do direito à cidade: a Lei 12.587/2012 como instrumento de efetivação do direito à cidade. **Direito & Dialogicidade**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 88-102, jan./jun. 2016.

KNEIB, E. C. Mobilidade urbana e qualidade de vida: do panorama geral ao caso de Goiânia. **Revista UFG**, Goiânia, ano XIII, n. 12, p. 72-78, jul. 2012.

PÁTTARO, M. G. Mobilidade urbana sustentável: desafios, inovações e políticas para cidades inclusivas. **Vértice**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 2-9, dez. 2024.

SANTOS, A. P.; SANTOS, J. Silva A.; BONATTO, D. A. M. Mobilidade urbana sustentável em cidade de pequeno porte: o caso de Conde-PB. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 638-651, maio/ago. 2024.